

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

“RELÍQUIAS DE UM PASSADO GRANDIOSO”: A NOÇÃO DE
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA NOS DISCURSOS DOS
INTELECTUAIS LIGADOS AO IHGRN NA DÉCADA DE 1920.

Flávio Mottinha Macedo



Natal/RN
2005

FLÁVIO MOTTINHA MACEDO



“RELÍQUIAS DE UM PASSADO GRANDIOSO”: A NOÇÃO DE
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA NOS DISCURSOS DOS
INTELECTUAIS LIGADOS AO IHGRN NA DÉCADA DE 1920.

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, orientada pelo professor
Ms. Roberto Airon do curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal/RN
2005

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	03
2. CAPÍTULO 1 SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	06
3. CAPÍTULO 2 AS FUNÇÕES ADOTADAS PELA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO BRASIL E O IHGB	12
4. CAPÍTULO 3 OS INTELECTUAIS DO IHGRN: SUAS ABORDAGENS SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA NA DÉCADA DE 1920	21
5. CONCLUSÃO	35
6. REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Neste estudo pretendemos discutir a noção de patrimônio histórico e de memória presentes nos discursos dos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte na década de 1920, presentes em sua revista anual - RIHGRN.

No início da década de 1920, precisamente no ano de 1922, os intelectuais do IHGRN estavam preocupados com a comemoração do primeiro centenário da Independência do Brasil. Além da significativa participação dos intelectuais do IGHRN no evento referido de 1922, muitos discursos presentes nessa década de 1920 interessam diretamente à análise em questão.

Analisando as perspectivas que podiam ser exploradas neste estudo, foram comparados os entendimentos sobre patrimônio histórico e memória, e de que forma estavam inseridos em alguns textos publicados por intelectuais nos Anais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte na década de 1920.

O interesse em analisar os discursos dos intelectuais, em busca de vestígios do uso das noções de patrimônio histórico e memória em seus artigos, é influência da história intelectual. Tomamos como referência a abordagem metodológica da história intelectual, pelo interesse de analisar a produção escrita dos intelectuais, em busca do entendimento das noções e conceitos implícitos colocados em questão nos discursos presentes na RIHGRN e que nos são familiares para a atualidade.

Para tanto, se fez necessário a compreensão a partir de uma análise da construção dos conceitos de patrimônio histórico e de memória. Os fundamentos da noção de patrimônio são encontrados no século XVI. Logo, fica evidente o longo caminho percorrido até se encontrar um conceito aceitável para o termo. Somente na segunda metade do século XIX, o termo patrimônio histórico, gestado na Europa,

difundiu-se progressivamente, tendo por base o conceito de monumento histórico. O termo patrimônio histórico não aparece nas publicações do IHGRN de forma clara, contudo está implícito, e esta análise é o objetivo do estudo, inclusive propondo uma classificação para as funções em que o termo foi destacado.

Sobre memória, houve uma série de discussões levantadas, sobretudo na última década (1990). Tais propostas da relação entre memória e história desses recentes estudos são fundamentais para compreender analiticamente a construção do conceito de memória no Brasil e a presença do conceito nos discursos da intelectualidade norte-rio-grandense ligada ao IHGRN. Quanto à preocupação dos intelectuais ligados ao IHGRN o termo memória deve ser analisado com minúcia, pois não se apresenta como tema principal dos anais da Instituição. Assim sendo, o trabalho apresenta uma classificação da memória contida nesses discursos.

Assim sendo, havia, realmente, noções de patrimônio histórico e memória nas fontes pesquisadas? Em caso positivo, como entendê-las? O conteúdo da RIHGRN continha o real interesse da população como um todo? E, em âmbito nacional, como enquadrar os intelectuais que faziam parte do Instituto em relação a análise proposta no presente trabalho; conservadores ou modernistas?

Buscando responder as perguntas citadas o trabalho foi dividido em três momentos (capítulos) que seguem uma linha progressiva lógica, visando uma melhor compreensão.

No primeiro capítulo, tratamos da questão referente à construção dos conceitos de patrimônio histórico e memória, objetivando o conhecimento das teorias para, então, aplicá-las.

No capítulo dois, explanamos a realidade cultural do Brasil na década de 1920 e a sua relação com a noção de patrimônio histórico e memória em âmbito nacional, bem como as funções adotadas pelas aplicações utilizadas e o IHGB.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos as origens do IHGRN, interpretamos os textos contidos em seus Anais publicados na década de 1920 e realçamos as nuances que as noções de patrimônio histórico e memória se apresentavam naquele período.

CAPÍTULO 1

SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A memória da humanidade é conservada nos arquivos da história. As origens da sociedade, a evolução dos povos antigos, o auge e a decadência das civilizações, os feitos de personagens ilustres, os antecedentes dos acontecimentos e situações contemporâneas, enfim, toda a trajetória do homem ao longo do tempo são temas históricos que constituem uma parte fundamental da cultura individual e coletiva.

Porém, essa noção atual de memória, próximo à história, ou historicizada, é fruto de algumas questões colocadas pela historiografia contemporânea em relação à memória. Sendo assim, tais debates “produzem a impressão de que algo muito novo está em vias de ser descoberto”¹. Entretanto, é preciso que façamos aqui uma breve passagem pelo pensamento histórico que se constituiu ao longo do século XVIII - o Século das Luzes – e o século XIX – período posterior a Revolução Francesa.

Apesar das recentes discussões, podemos considerar que a história distanciou-se da memória a partir do racionalismo proposto no nascimento da ciência histórica moderna. O historiador moderno “não poderia se submeter aos desvios da memória, pois ela deitava raízes coletivas nas crenças e era fonte de erros de avaliação da verdade histórica”². Logo, procurou encontrar uma forma de desconsiderar a memória como lugar do mito e da superstição a fim de tratá-la como um *locus* do saber técnico e racional para a acumulação coletiva.

¹ DECCA, Edgar Salvadori de. As desavenças da história com a memória. In.: Silva. Zélia Lopes da. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 59.

² Ibid. p., 61.

Assim, é evidente, que no período do Iluminismo, buscou-se ampliar o campo da memória a partir da crítica de seus campos tradicionais e redimensioná-la em seu lugar no campo de conhecimento.

A memória, portanto, deveria ser objeto de uma nova definição, para que ela pudesse servir de fonte para a crítica racionalista e ao mesmo tempo ser reinventada como um novo lugar possível de acumulação e ampliação de conhecimentos. Não mais um lugar onde imperasse as superstições e as crenças religiosas, mas o espaço material de transmissão do conhecimento racional por meio de enciclopédias e dicionários e de organização documental sistemática pela constituição dos arquivos do passado.³

Passado o século XVIII, notadamente a Revolução Francesa, com o afastamento das superstições e das crenças religiosas, no espaço concernente à memória há “um retorno da memória dos mortos”⁴.

Porém, essa (nova) memória dos mortos surge com o propósito de comemorar. Comemorar como forma relembrar um evento passado, ou a vida de uma pessoa célebre; um herói, um massacre. A intenção da comemoração é manter o passado vivo na memória das pessoas. Segundo a Constituição de 1791 na França revolucionária: “... serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da Revolução Francesa”⁵

Esse foi só o início. Após a institucionalização da comemoração, não só na França como nas demais nações européias, a memória passa a ser um objetivo e um instrumento dos governos. Sendo assim, “a comemoração se apropria de novos

³ DECCA, Edgar Salvadori de. As desavenças da história com a memória. In.: Silva, Zélia Lopes da. *Cultura histórica em debate*. p. 65.

⁴ LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. 2ª. ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 462. (Repertórios).

⁵ *Ibid.*, p. 462.

instrumentos: moedas, medalhas, selos de correio”⁶. Isto se dá até que as nações européias começam a tratar o assunto com tamanha notoriedade ao ponto de buscarem formas mais efetivas de conservar a, então, memória nacional. Nesse momento, as bibliotecas e os museus apresentaram um desenvolvimento sem precedentes. “Começou a era dos museus nacionais.”⁷

Portanto, é inegável a ligação que a memória passará a ter com a História a partir das reflexões da historiografia moderna e da Revolução Francesa.

Uma vez elucidado temporalmente o “casamento” da memória com a História vamos considerar as recentes discussões sobre o assunto, no que diz respeito à historiografia.

A historiografia contemporânea tem estabelecido com a Sociologia seu diálogo preferencial com relação às questões sobre memória. “Nesse sentido, é importante ressaltar a influência da sociologia de Halbwachs – que elaborou, em 1925, uma sociologia da memória coletiva e sobre Pierre Nora, que no terreno historiográfico, elaborará a *divisão e oposição* entre memória e história”⁸, em 1984.

Ambos os autores, Pierre Nora e Halbwachs, ressaltam oposições entre memória e história.

Para Halbwachs,

a memória coletiva não se confunde com a história. A história, sem dúvida é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme necessidades ou regras.⁹

⁶ LE GOFF, Jacques. **Memória e História** p. 464.

⁷ Ibid., p. 465.

⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella, NEXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Unicamp / Fapesp / Cnpq, p. 37-58. 2001. p. 40.

⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 80.

Assim sendo, de acordo com Halbwachs, normalmente “ história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste é inútil fixá-la por escrito.”¹⁰

Dessa forma,

Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária para que haja memória é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória?¹¹

Além do contraponto explícito, Halbwachs ainda ressalta que “no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas como na história, mas somente limites irregulares e incertos”¹², enquanto que “a história divide a seqüência dos séculos em períodos [...] na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado”¹³.

Porém, o enfoque dado à questão no presente trabalho é que “toda memória é imediatamente história”¹⁴, presente nas atuais discussões sobre o assunto.

Uma vez esclarecido a direção em que utilizamos o conceito de memória, é essencial que façamos uma abordagem semelhante sobre a noção de patrimônio.

¹⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. P. 81.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid., p. 84.

¹³ Ibid., p. 82.

¹⁴ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella, NEXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**, p. 42.

As origens fundamentais para a cunhagem do termo patrimônio “são encontrados no século XVI, originário da palavra grega – *mnémosynon*.”¹⁵ O termo grego se dirige a uma concepção de “memória que advém do objeto por excelência.”¹⁶

Por conseguinte, a partir do século XVII, o referido termo grego passa a ser difundido, em paralelo, com a “palavra latina *monumentum*, ligada à idéia de obra do passado ou edificação comemorativa.”¹⁷

A partir do século XVIII, começou a ser formada na Europa uma noção de patrimônio relacionado à idéia de posse. O termo aliava a idéia de herança à de patrimônio arquitetural.

Após a Revolução Industrial a sociedade européia mudou sensivelmente seu ritmo de vida, e, historicamente, é importante que lembremos como era a sociedade européia após a Revolução Industrial. A industrialização, como um processo irreversível, impregnava o continente europeu com sua ânsia transformadora. Logo, tornou-se necessário conservar o passado, pois, este, se esvaía rapidamente. Sendo assim, surge após a segunda metade do século XIX, na Europa, uma nova concepção de patrimônio, e desta vez, com uma abrangência universal, baseada na noção de *monumento histórico*¹⁸: o patrimônio histórico.

Dante do exposto, é imprescindível entender o mecanismo que é utilizado para estabelecer o diálogo possível entre as explicações oferecidas pelas fontes analisadas (uma vez que estão em um tempo passado, portanto diferente); proposta presente no campo da historiografia. Sobre o assunto, de acordo com Maria de Lourdes Janotti,

¹⁵ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Paraná: UFPR, [s.d.], p. 32.

¹⁶ Ibid., p. 32.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Segundo a autora Márcia Sholtz de Andrade Kertsen em “Os rituais do tombamento e a escrita da história” o termo monumento histórico foi consagrado na França, após ser utilizado pelo ministro do interior francês, que criou o cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos, em 1830.

Explicar, compreender a vida das sociedades e registrar os acontecimentos presentes e passados foram sempre os objetivos mais aparentes da historiografia. Entretanto, essas ações são impelidas pela busca, sempre renovada, dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva que se articula dialeticamente com o campo abrangente das relações político-sociais.¹⁹

Dessa forma, as fontes – os discursos dos intelectuais presentes nos anais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, durante a década de 1920 – estão em um espaço de tempo diferente das concepções atuais propostas para a análise da memória. Logo, se faz necessário “não somente entender os escritores do passado, mas reeducá-los, anacronicamente.”²⁰ Para tanto, é seguindo a abordagem metodológica da história intelectual que poderemos “descobrir o que era ou não possível às pessoas daquela cultura terem pensado.”²¹



¹⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo Convergente: políticos e historiadores no início da República. In: Marcos Cezar de Freitas (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119.

²⁰ HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In.: RAGO, Margareth, GIMENES, Renata Aluizio de Oliveira (Org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 51.

²¹ *Ibid.*, p. 29.

CAPÍTULO 2

AS FUNÇÕES ADOTADAS PELA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO BRASIL E O IHGB

Na década de 1920 era nítida a preocupação de se discutir a identidade e os rumos da nação brasileira. Todos tinham algo a dizer - políticos, militares, empresários, trabalhadores, médicos, educadores, como também artistas e intelectuais. Como deveria ser o Brasil moderno? Através da literatura, das artes plásticas, da música, e mesmo de manifestos, os artistas e intelectuais modernistas buscaram compreender a cultura brasileira e sintonizá-la com o contexto internacional. “Era preciso combater a cópia, o vício da imitação, para produzir um Brasil mais moderno e brasileiro.”²² O marco de seu movimento foi a Semana de Arte Moderna de 1922.

A entrada do Brasil na modernidade foi parte de um processo complexo em que se entrelaçaram dinâmicas diferentes. Nas primeiras décadas do século XX acelerou-se a industrialização, a urbanização, o crescimento do proletariado e do empresariado. Por outro lado, permaneceram a tradição colonialista, os latifúndios, o sistema oligárquico e o desenvolvimento econômico e social desigual das regiões. Mesmo assim, com o crescimento dos centros urbanos, modificaram-se os valores da cultura cotidiana e os próprios padrões da comunicação social. As idéias de simultaneidade, concisão, fragmentação, velocidade e arrojo passaram a expressar os tempos modernos. As Kodaks, o cinema e as revistas ilustradas captavam um mundo feito de imagens. Evidentemente, dado as diferenças sócio-regionais, “o ‘moderno’ não podia chegar ao

²² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX*. In.: ALBERTI, Verena, GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 348.

mesmo tempo e da mesma forma para todos.”²³ Porém, era inevitável que a arte expressasse as transformações trazidas pela modernidade.

Mas, no Brasil, outros problemas também preocupavam artistas e intelectuais. “Nós não nos conhecemos uns aos outros dentro do nosso próprio país.” A frase, do escritor carioca Lima Barreto, retratava bem o espírito da década de 1920. Era um tempo de indagações e descobertas. O desafio a ser vencido era o de construir a nação, e isso significava também repensar a cultura, resgatar as tradições, costumes e etnias que haviam permanecido praticamente ignorados pelas elites. A questão da identidade nacional estava agora em primeiro plano. Que cara tinha o Brasil? Artistas e intelectuais buscavam responder a essa pergunta, e esse esforço foi uma característica importante do modernismo brasileiro. Isso não quer dizer que o modernismo tenha sido um movimento homogêneo. Ao contrário, produziu imagens e reflexões sobre a nacionalidade profundamente contrastantes entre si.

A Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo no ano de 1922, representou uma verdadeira apresentação da modernidade. Mas o movimento modernista não se resumiu à Semana. Na verdade começou antes de 1922 e se prolongou pela década de 1930. Tampouco se restringiu a São Paulo. Houve também uma modernidade carioca, e a proliferação de revistas e manifestos por todo o país, o que indica que o raio de ação do movimento foi maior do que se supõe.

Assim como a Exposição Universal do Rio de Janeiro de 1922, a Semana de Arte Moderna fazia parte da agenda oficial comemorativa do Centenário da Independência. O evento teve grande impacto na época, pois formalizou e discutiu questões que já se estavam esboçando na vida cultural. Por exemplo: como integrar tradição e modernidade? regional e universal? popular e erudito?

²³ ALBERTI, Verena. O século moderno: modos de vida e consumo na República. In: ALBERTI, Verena, GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 269.

Segundo Lúcia L. Oliveira:

Foram muitos os modernistas e os modernismos que povoaram o Brasil. Com grande diversidade de projetos, modernistas paulistas, mineiros, cariocas, nordestinos e gaúchos, entre outros, produziram uma ampla renovação do domínio da arte e realizaram importantes mudanças no panorama da cultura brasileira.²⁴

Mário de Andrade defendia a perspectiva de integração dinâmica do passado ao presente. No prefácio de seu livro de poemas *Paulicéia Desvairada* (1922), definia o passado como "lição para meditar não para reproduzir". Sendo assim, a tradição em si não tinha valor, a não ser que estabelecesse um elo vivo com a atualidade. Era esse o sentido dos estudos folclóricos a que se dedicou. Seu livro *Macunaíma* (1928) mostra um herói que nasceu índio, tornou-se negro e no final era branco. O herói Macunaíma sobrevoava o Brasil nas asas de um pássaro. O que importava era destacar a multiplicidade étnico-cultural, ressaltar o conjunto da nacionalidade.

Outro autor modernista de renome, Oswald de Andrade, propunha no "Manifesto pau-brasil" (1924) uma síntese capaz de unir o lado erudito da nossa cultura ao lado popular. Já no "Manifesto antropofágico" (1928), sugeria um projeto de reconstrução da cultura nacional. Metaforicamente, deveríamos captar e absorver de maneira crítica as influências externas. Dessa forma, as idéias do futurismo, do dadaísmo e do surrealismo poderiam ser integradas à cultura brasileira desde que fossem adaptadas. No quadro de Tarsila do Amaral intitulado "Abaporu" expressava-se, através da arte, a idéia da integração cultural.

²⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In.: ALBERTI, Verena, GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves (Coord.). *A República no Brasil*, p. 351-352.

O grupo dos verde-amarelos, por sua vez, tinha idéias bem diferentes: propunha um retorno ao passado, considerado como o depositário das nossas verdadeiras tradições. Via no popular, com sua essência pacífica, a alma da nacionalidade, a ser guiada pelas elites político-intelectuais do país.

O grupo era composto pelos paulistas Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Cândido Mota Filho e Alfredo Élis. Ao longo da década de 1920, os verde-amarelos formaram a vertente conservadora do movimento modernista. Para eles, o ingresso do Brasil na modernidade implicava o rompimento radical com toda herança cultural européia. Seu lema era taxativo: "Originalidade ou Morte!". O projeto cultural dos verde-amarelos tinha também sua contrapartida política: o autoritarismo aparecia como condição imprescindível para a independência cultural e política do país.

No manifesto "Nhengaçu verde-amarelo" (1929), defendia as fronteiras nacionais contra as influências culturais estrangeiras. Nesse ponto o grupo reforçava a tese do nacionalismo militarista de Olavo Bilac, fundador da Liga de Defesa Nacional e criador da figura do "poeta-soldado". As idéias dos verde-amarelos²⁵ seriam mais tarde incorporadas pelo regime autoritário do Estado Novo (1937-1945).

Entre os intelectuais dos anos 20, cujas análises visavam à definição de novos rumos para o país, incluíam-se Oliveira Viana, Gilberto Amado, Pontes de Miranda. Eles escreveram ensaios que foram publicados em 1924 em uma coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso, chamada "À margem da história da República"²⁶. Os ensaios apontavam a gravidade da situação do país e propunham uma reação dentro da

²⁵ Era através do jornal *Correio Paulistano* que o grupo defendia as suas idéias. Em 1927, esses artigos foram reunidos em uma coletânea com o título *O Curupira e o Carão*. Em maio de 1929, o grupo publicou o manifesto *Nhengaçu Verde Amarelo*, em que defendia a integração étnico-cultural sob o domínio da colonização portuguesa, o nacionalismo sentimental e o predomínio das instituições conservadoras.

²⁶ À margem da história da República representou um esforço para entender o Brasil, para descrever seus problemas e propor rumos para o país. O livro reúne um grupo representativo de intelectuais da época, homens da geração nascida com a República que vivenciou a crise dos anos 1920. Apesar da diversidade de temas e de autores, a obra traz um conjunto de questões comuns.

ordem. Era preciso reformular a sociedade, respeitando as tradições. Como? A sociedade era vista como um organismo, no qual era fundamental o papel do cérebro. Esse lugar era ocupado pela elite cultural e política, e a ela caberia a tarefa de apressar o processo de evolução natural que rege as sociedades. Era a idéia de "civilizar por cima". Na base de seu ideário estava o pensamento do político e escritor fluminense Alberto Torres.

Um dos nossos maiores problemas, na opinião desses pensadores, era a debilidade do governo federal. A Constituição de 1891 estava a seu ver ultrapassada, e isso por dois motivos principais: possuía inspiração externa e assegurava grande poder aos estados em detrimento do poder central. Era necessário que o país construísse seu próprio modelo e criasse instituições adequadas à realidade nacional.

A década de 1920 foi palco, também, dos primeiros projetos de leis acerca da preservação do patrimônio histórico. Apesar de que, segundo Carlos Lemos, em 1742, o Conde de Galveias

[...] escrevia ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, uma carta lamentando demais o projeto que transformou o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde de Nassau, em quartel para as tropas locais, pois, segundo ele, seria imprescindível a manutenção daquela obra holandesa, verdadeiro troféu de guerra a orgulhar o nosso povo, e com as adaptações previstas estaria arruinada.²⁷

Essa preocupação do Conde de Galveias, em meados do século XVIII, poderia, se tivesse tido a repercussão e a atitude devida, ter colocado o Brasil à frente muitas nações quanto a questão da preservação.

²⁷ LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 34.

Em verdade, após o citado lampejo de preocupação patrimonial, o que se viu depois foi o “silêncio dos governos, inclusive no reinado de nossos imperadores.”²⁸ Embora que durante o Império uns poucos intelectuais ou mecenas, por questões pessoais, tenham apresentado alguma preocupação.

Posteriormente, o período da Primeira República: “não alterou o quadro de abandono geral e a proteção de bens culturais arquitetônicos não passava pela cabeça de nenhum governante.”²⁹

Coube, então, a um ou outro particular, afeito às coisas históricas, a solicitação ou lembrança de que os “monumentos arquitetônicos brasileiros”³⁰ deveriam ser preservados.

Fruto dos esforços dessas pessoas, que, decerto, eram minoria nos postos públicos brasileiros, foram surgindo as primeiras leis visando a proteção do patrimônio brasileiro. Isso, na década de 1920, quando, de fato, houve a popularização “do estilo neocolonial e chegamos a ver disparates como aquele de se reformar construções autenticamente coloniais visando dar-lhes a feição estilística em moda.”³¹

Portanto, foi nesse contexto que, em 1923, visando salvar o patrimônio brasileiro, o deputado Luís Cedro sugeriu, em caráter de projeto de lei, a criação de uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos e particulares, que no ponto de vista da história e da arte revistam um interesse nacional.”³²

²⁸ LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**, p. 35.

²⁹ *Ibid.*, p. 35.

³⁰ É importante ressaltar que a conotação de monumento no período referido não incluía o patrimônio popular.

³¹ *Ibid.*, p. 36.

³² *Ibid.*, p. 37.

Por conseguinte, em 1925, o jurista Jair Lins, atendendo a um pedido do governador mineiro Presidente Mello Vianna, apresentou um projeto de lei³³ que, de fato, representou significativa evolução, pois pela primeira vez alguém mencionou “móveis” como objetos passíveis de conservação.

Seguindo o mesmo processo, ainda na década de 1920, precisamente 1928, o historiador e deputado Wanderley Pinho elaborou um projeto de lei que descrevia entre os bens passíveis de preservação “as cimalkhas, os forros, arquivates, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, obras de marcenaria, pinturas murais e quaisquer ornatos (arquitetônicos ou artísticos) que possam ser retirados de uma edificação para outra.”³⁴

Além das iniciativas explicitadas neste capítulo, é importante evidenciar que o ano de 1838 viu a fundação de uma instituição que tinha por objetivo a organização de arquivos que propiciassem a escrita futura de uma grande, completa e uma história brasileira: o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

O IHGB, além da função de produzir uma história brasileira tinha a finalidade de interagir com as províncias do Império a partir de um processo de ramificação.

Todos os que aderiram ao projeto foram “intelectuais e políticos de expressividade na corte cujas biografias se confundiam com a própria trajetória do estado Imperial.”³⁵ Alguns exemplos foram o cônego Januário da Cunha Barbosa, o marechal Cunha Matos e José Clemente Pereira, entre outros.

Esses vultos orientaram a realização de todas as atividades da agremiação. A começar, segundo Ronaldo Vainfas, “pela opção deliberada pela memória, em

³³ O projeto de lei teve o seguinte texto: “os móveis e imóveis, por natureza ou por destino, cuja a conservação possa interessar à coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de preferência.” Citado por Carlos A. C. Lemos em *O que é Patrimônio Histórico*. p. 37.

³⁴ LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*, p. 36.

³⁵ VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 380.

detrimento da história, o que significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum.”³⁶

Sendo assim, encobertos pelo escudo do discurso da pretensa imparcialidade do historiador, a primeira geração de sócios do Instituto Histórico e seus sucessores teceram a memória nacional tendo como fio condutor a idéia de continuidade. Na sua concepção, o Estado monárquico, instaurado em 1822, apresentava-se como o legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino português. O legado era abrangente, pois abarcava desde o idioma de Camões até o regime em vigor, passando pelo próprio monarca, representante direto das tradições da Casa de Bragança.

À vista desse raciocínio, a antiga metrópole converteu-se em “mãe pátria”, expressão muito cara aos fundadores do Instituto, cujo uso se consagrou ao longo do século XIX. Subjacente a essa idéia, cunhou-se, ainda, o conceito de que a transição do estatuto de colônia para o de país independente foi um processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rupturas. Marca singular, que diferenciava a nação brasileira dos seus vizinhos no continente.

Dessa forma, torna-se evidente a estreita relação que IHGB manteve com as autoridades políticas desde sua fundação. De fato, “não resta dúvida que o IHGB foi muito bem sucedido nesse intento, graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pelo compromisso com o regime e a fidelidade.”³⁷

Durante o século XIX, não houve a criação de sucursais do IHGB nas províncias como havia previsto no projeto inicial. Em verdade, houve a criação de três entidades similares: o Instituto Histórico e Geográfico da Província (do Rio Grande) de São Pedro, que funcionou em Porto Alegre (1860-1863), que tentou filiar-se ao grêmio do Rio de Janeiro e o Instituto arqueológico e Geográfico de Pernambuco, o “Leão do

³⁶ VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**, p. 380.

³⁷ *Ibid.*

Norte”, fundado em 1862, como um tributo à memória regional, e que se manteve distante do IGHB de D. Pedro II. Ainda o IHC, no Ceará, em 1887 e após o período imperial o IGHBA, da Bahia, em 1896.

Portanto, somente no século XX aconteceu a expansão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e foi nesse contexto que surgiu o IHGRN (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte), objeto de aprofundamento do estudo que se seguirá no próximo capítulo do trabalho, enquanto instituição intelectual norte-riograndense, depositária da intenção de levantar as bandeiras referentes à história, a memória e o patrimônio no estado do Rio Grande do Norte.



CAPÍTULO 3

OS INTELLECTUAIS DO IHGRN: SUAS ABORDAGENS SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA NA DÉCADA DE 1920

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi criado no dia 29 de março de 1902. Porém, a iniciativa de fundação da instituição não partiu da necessidade de se criar um espaço para a produção intelectual histórica ou geográfica; o que, de fato, impulsionou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico local foi um litígio entre Rio Grande do Norte e Ceará conhecido como a “Questão de Grossos”.

O conflito começou nas últimas décadas do século XIX quando Mossoró e Assu fundaram suas primeiras charqueadas, dessa forma tornaram-se rivais das “oficinas” do Ceará, que, por sua vez, necessitavam do sal do Rio Grande do Norte para sua produção. Devido a ausência de demarcação nos territórios limítrofes entre os dois estados, a Câmara de Aracati sugeriu estender seus limites, entrando no território potiguar. Por conseguinte, devido a influência política, o ouvidor substituto, Manoel Leocárdio Rademarker, deu a posse do terreno em litígio para Aracati. Sendo assim, estava criado o problema.

Entretanto, a área continuou sem ser demarcada. Em 13 de julho de 1901 a Assembléia Estadual do Ceará elevou Grossos à condição de vila, em uma área pertencente ao Rio Grande do Norte, condição devidamente sancionada no Ceará.

Alberto Maranhão, então governador do Rio Grande do Norte, iniciou um protesto formal. Tropas chegaram a ser enviadas, de ambos os estados, contudo o conflito foi evitado em detrimento de uma resolução diplomática.

Tal resolução diplomática só foi favorável ao Rio Grande do Norte devido ao esforço de alguns intelectuais e políticos do estado (Pedro Velho de Albuquerque

Maranhão, Tavares de Lyra, Moreira Dias, entre outros) em reunir documentos que possibilitaram a Rui Barbosa (que defendeu o Rio Grande do Norte na causa) a devida comprovação que as terras em litígio não pertenciam ao Ceará.

Portanto, em virtude da pesquisa e da coleta desses documentos que possibilitou a resolução da questão do limites geográficos que envolveram o Rio Grande do Norte e o Ceará, que nasceu o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte.

Quase dois meses após a criação do instituto local, no dia 25 de maio de 1902, foram aprovados os primeiros estatutos que regulamentaram as atividades do Instituto norte-rio-grandense até 1930. Esse projeto foi elaborado por uma junta formada por membros da diretoria provisória constituída desde a fundação. Esses estatutos iniciais foram formulados a partir de um projeto base dos seguintes membros: Luiz Fernandes, Moreira Dias e Pedro Soares. Alguns artigos desse estatuto merecem destaque aqui: o primeiro artigo, por exemplo, tratava da fundação e dos objetivos do instituto.

O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte, fundado a 29 de março de 1902, com sede e domicilio na cidade de Natal, capital deste Estado, tem por fim, colligir, methodizar, archivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possivel obter, pertencentes á história, geographia, archeologia e etnografia, principalmente do Estado, e á lingua de seus indigenas, desde a ephoca do descobrimento do Brasil.³⁸

Outro artigo relevante para o momento é o segundo, que tratava do intercâmbio com as outras instituições do gênero.

³⁸ ESTATUTOS do IHGRN. Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Natal, v. 1, n. 1, p. 9, 1903.

O Instituto procurará manter correspondência com todas as sociedades de igual natureza e bem assim com as associações litterarias existentes na Capital Federal e nos diversos Estados da União, para mais facil desempenho dos fins a que se propõe.³⁹

O terceiro artigo, do referido estatuto, é o mais importante para o presente momento, pois se referia à revista anual do IHGRN. Continha no artigo: “publicará annualmente a Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte – a qual terá, pelo menos, cem (100) paginas em cada numero e formará uma edição uniforme.”⁴⁰ Em seu parágrafo único, regia no artigo a organização interna da publicação.

Nessa Revista serão publicados, além das actas das sessões, os discursos do Presidente e do Orador e dos relatorios apresentados na sessão magna; assim como as memorias e os documentos relativos á História do Rio Grande do Norte e á sua Geographia, os trabalhos dos sócios e as noticias e os extractos de nossa história publicados em outra parte, no Paiz ou no estrangeiro.⁴¹

Uma vez esclarecido sob que condições a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, base do presente trabalho, os volumes analisados, referentes à década de 1920, seguiam, normalmente, a mesma organização interna; assim disposta: em primeiro lugar, constava a transcrição de discursos, proferidos nas sessões do Instituto e, principalmente, no ato de alguma solenidade ou comemoração; em segundo lugar, o resumo das atas das sessões do Instituto, contendo uma descrição sumária das discussões e atividades empreendidas pela instituição; em terceiro, os

³⁹ ESTATUTOS do IHGRN. Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, p. 10.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

artigos sobre história, geografia e geologia do Estado; e, finalmente, as notas biográficas e as necrologias.

Partindo da análise do estatuto do IHGRN exposto anteriormente, que foi mantido vigente até 1930, não temos uma menção clara da noção de patrimônio histórico, mas temos uma lembrança no que se refere a memória. Contudo, os termos descritos no estatuto são fundamentais.

No início da década de 1920, precisamente no ano de 1922, os intelectuais do IHGRN estavam preocupados com a comemoração do primeiro centenário da Independência do Brasil. “Foi o Instituto Histórico e Geográfico a primeira voz que, entre nós, se levantou para lembrar a necessidade de ser comemorado, com o maior brilhantismo possível, o transcurso do 1º centenário da nossa emancipação política.”⁴²

Esse primeiro momento da atuação do IHGRN retrata a importância e a influência da instituição para a sociedade norte-rio-grandense. Contudo, essas constatações partem do próprio seio do referido Instituto a partir do momento em que o mesmo se declara como precursor das comemorações do primeiro centenário de independência do Brasil. Sendo assim, analisando com os olhos do presente, podemos entender o IHGRN como representante local dos anseios da sociedade potiguar?

Inicialmente, partimos do pressuposto “de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m)”⁴³. Assim sendo, recordando do surgimento do IHGB e, por conseguinte, do nascimento do IHGRN, encontramos, como membros dessas instituições intelectuais e políticos sempre com estreito laço com os correspondentes ao qual estão dispostos. Partindo do princípio que a sociedade brasileira não era composta, em sua maioria, por cidadãos nem sequer alfabetizados,

⁴² PREPARATIVOS do centenário. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. v. 19, p. 15, 1923.

⁴³ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella, NEXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Unicamp / Fapesp / Cnpq, pp. 37-58. 2001. p. 42.

isto nos leva a concluir que, definitivamente, essas instituições não representavam as aspirações da maioria, mas de uma pequena elite dominante. Sob este prisma a “oligarquia do Seridó”⁴⁴, deteve o poder no Rio Grande do Norte na década de 1920, e conseqüentemente, o IHGRN.

Retornando aos preparativos para a comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil, foi também nesse momento, que o consócio benemérito do IHGRN, Nestor Lima, “começou a collectar dados e documentos para o fim de confeccionar uma notícia minuciosa e a mais completa possível do Rio Grande do Norte, pelos seus trinta e sete municípios.”⁴⁵ Por ser considerada pelo autor como uma “contribuição para as solennidades commemorativas do feito do Ypiranga”⁴⁶, o mesmo solicitou patrocínio do IGHRN para sua publicação. O Instituto, não só o patrocinou como inseriu seu trabalho “como parte integrante da festa do Centenário.”⁴⁷

A participação do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte na comemoração do 1º centenário da Independência do Brasil foi intensa. O Congresso Legislativo sancionou uma lei que autorizava o governador a dispor de determinada quantia e que poderia incumbir o IHGRN da organização do evento referente ao centenário. Assim sendo, o Exmo. Dr. Antônio de Souza, Governador do Estado, por ato de 24 de janeiro de 1922, incumbiu ao Instituto Histórico da missão de estudar e organizar “as bases do programma da commemoração do Centenário da Independência Nacional.”⁴⁸

Essa atitude do Governador do Estado demonstra a consonância em que o IHGRN e a administração do Rio Grande do Norte trabalhavam. Tais solennidades

⁴⁴ MONTEIRO, Denise Matos. Introdução a História do Rio Grande do Norte. p. 227. Segundo a autora, a crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária. Assim, foram os grupos políticos do Seridó que, nos anos 1920, desalojaram, definitivamente, os Albuquerque Maranhão do poder.

⁴⁵ PREPARATIVOS do centenário. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. p. 16.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid., p. 18.

comemorativas promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e, devidamente, patrocinadas pelo Governo do Estado foram constantes durante a década de 1920. Além disso, mereceram grande destaque nas revistas anuais do Instituto na década em questão.

Seguindo a mesma linha de pensamento, de acordo com seu estatuto, o IHGRN promoveu, “apoiado eficazmente pelo Governo do Estado e pela Intendência do município de Natal”⁴⁹, uma grandiosa comemoração no dia 5 de maio de 1924: o centenário da posse do primeiro presidente constitucional da ex-província. Em nota da redação consta que

a sollemnidade comemorativa daquelle acontecimento constou de uma sessão magna do Instituto, no salão nobre do Palácio do Governo e da apposição de uma placa de bronze com inscripção allegorica, na praça Thomaz Araújo, antigo largo fronteiro do Quartel do Exército, assim determinado em resolução n° 232 da Intendência Municipal.⁵⁰

No ano seguinte, 1925, de acordo com a redação da RIHGRN, o primeiro centenário do nascimento de D. Pedro II, último imperador do Brasil, “despertou o mais vivo interesse e entusiasmo em todas as camadas sócias de nossa terra.”⁵¹

No discurso de Nestor Lima, durante as homenagens ao centenário de D. Pedro II, observa-se claramente a consciência sobre memória (a mesma constatada nos eventos anteriormente citados) que o intelectual faz uso:

⁴⁹ 1º CENTENÁRIO da posse de Thomaz Araújo Pereira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. 20/22. p. 172, 1924-1926.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ D. PEDRO II. Ibid., p. 198.

Celebrando de modo tão brilhante, o centenário de D. Pedro II, queremos dar o mais solenne testemunho que elle não morreu, nem será jamais esquecido, para a memória agradecida dos seus compatriotas.⁵²

Vale salientar que na ocasião do discurso, na antiga praça 24 de maio que recebeu o nome do monarca extinto, um busto de bronze de D. Pedro II foi colocado no referido local. E, a iniciativa da comemoração partiu do IHGRN, “em boa hora coadjuvado efficazmente pelo Governo do Estado, que offereceu o busto de bronze.”⁵³

De maneira geral, nos discursos dos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte na década de 1920 não se observa artigos ou reflexões que tratassem diretamente da questão da memória de forma reflexiva ou crítica.

Esse tipo de memória contida nos exemplos retirados da Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte pode ser caracterizada como voluntária. A memória voluntária, segundo Jacy Seixas, “busca o passado por meio de um gesto voluntário da inteligência.”⁵⁴

Assim sendo, torna-se compreensível as práticas dos Institutos Históricos e Geográficos, notadamente o do Rio Grande do Norte, nesse sentido. Uma vez, como já referido anteriormente, agia em consonância de interesses com o IHGB e as estruturas do poder estadual.

Entretanto, não podemos considerar vanguardistas os intelectuais membros do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Aconteceu no IHGRN o mesmo que no IHGB. Sobre o Instituto nacional Maria de Lourdes Janotti afirma que

⁵² LIMA, Nestor. Discurso proferido em praça em 10 de dezembro de 1925. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. 20/22. p. 213, 1924-1926.

⁵³ D. PEDRO II. Ibid., p. 198.

⁵⁴ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella, NEXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**, p. 46.

mais do que estagnar-se no passado, transformou-se em um reduto monarquista, onde eventualmente era permitida a presença republicana. Passou a ser uma instituição cuja a própria existência e produção intelectual confirmava a idéia de uma passagem natural e pacífica para o regime republicano.⁵⁵

No âmbito local, constatou-se as palavras da referida autora. Não apenas nas linhas já citadas como, principalmente, na comemoração do primeiro centenário do nascimento de Manoel Deodoro da Fonseca em 5 de agosto de 1927.

A esse movimento de alta significação patriótica associou-se o Instituto Histórico e Geográfico, aprovando, em sessão de 29 de Maio, a indicação feita neste sentido pelo consocio, sr. Luis da Camara Cascudo, e designando o consocio, dr. Aducto da Câmara, para fazer uma conferencia commemorativa da passagem do centenario, na sessão magna que ficou logo marcada para a alludida ephemeride, conforme prescrevem os Estatutos para as grandes da historia patria.⁵⁶

O momento marcante para a analogia proposta foi, sem dúvida, a conferência promovida pelo consocio Aducto Câmara, que, “durante 38 minutos prendeu a atenção do selecto auditorio, com sua palavra erudita de profundo investigador dos factos da Historia da Republica, ligando-os num encadeamento logico á epoca monarchica.”⁵⁷

Aducto Câmara iniciou sua pronúncia falando sobre as comemorações dos centenários, fez uma crítica inédita até então. Assim palestrou o consocio:

⁵⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República, p. 123.

⁵⁶ CENTENÁRIO de Deodoro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. v, 26/27, p. 257, 1928-1929.

⁵⁷ Ibid., p. 258.

Ja reflectistes na ‘psychologia dos centenários’? Uma torrente de louvores ao heróe do dia, com o desprezo soberano da verdade historica, com a adulteração invariável dos acontecimentos. Tudo se deturpa e altera, nega-se, malsina-se, calumnia-se, achana-se o terreno para que possa parecer agigantada a figura do protagonista a que se quer glorificar. Em se tratando de guerreiros ou de homens politicos, não há, então, mãos a medir no lyrismo dos discursadôres, nas fantasias dos escrevinhadores, no extranho sentimentalismo de todos. Só há uma regra para o orador: é endeusar. Fôra dahi, erghem-se protestos: o orador não estudou os fatos, não conhece suas peripécias, nem os personagens.⁵⁸

Pela primeira e única vez, ao menos na década de 1920, questionou-se a verdade histórica inculcada, no que considero: política das comemorações / lembranças. Contudo, mais adiante, conforme a natureza monárquica dos institutos nacionais em geral, em seu discurso, dr. Adauto Câmara, relembra a questão da transição da monarquia para a república no qual caracterizou seu conservadorismo. Segundo o consocio, “um dos estribilhos mais irritantes e uma das afirmações mais levianas que se ouve a miude entre nós consistem em calumniar a Monarchia para exaltar a Republica.”⁵⁹ Ainda continuou:

A custa de tamanho sacrificio da verdade histórica, formou-se nas gerações novas uma mentalidade hostile ao Império, sem base nas lições de nossa vida nacional, disposta a menosprezar as instituições do antigo regime, como eivadas de corrupção e de erros; prompta para apedrejar os homens publicos que, nessa phase brilhante de nossa historia, construíram e consolidaram os alicerces de nossa nacionalidade e encaminharam o País na rota de sua função historica.⁶⁰

⁵⁸ CENTENÁRIO de Deodoro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, p. 259.

⁵⁹ Ibid., p. 260-261.

⁶⁰ Ibid., p. 261.

Além de defender o encadeamento lógico entre uma fase e outra da história política do Brasil, descarta o rompimento, e, assim como afirmou Maria de Lourdes Janotti, defende uma transição pacífica e natural entre a monarquia e a república. De acordo com Adauto Câmara,



a nossa evolução não se fez aos saltos, com o rompimento de nossas tradições e de nossas tendencias nacionaes. Ella se processou necessariamente dentro de uma agitação longa e tumultuosa, cheia de hesitações e experiencias tímidas, de arremessos dramáticos e tentativas de adaptação de anseios permanente para o progresso. A republica, encarada sob este aspecto, não representa senão um estado dessa marcha systematica de nossas instituições politicas. Ella não symboliza o oppobrio do regime que. Durante 68 annos, fez pela nossa grandeza tudo o que o actual pode fazer.⁶¹

A noção de patrimônio histórico que é mais evidente nos Anais do IHGRN é uma consequência da utilização da memória voluntária dos consócios do Instituto norte-rio-grandense. O que mais se observou durante a análise dos discursos foi a confecção de monumentos comemorativos para rememoração de datas, de acordo com o IHGRN, significativas, como as comemorações de centenários ou quinquentenários (seja de uma data ou de nascimento de algum vulto da história).

Somente para as comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil foi erigido, na praça 7 de setembro, e inaugurado no dia 7 de setembro de 1922, um monumento à independência e, foi inaugurado, também, na mesma data, o novo palácio da intendência municipal (atual sede da prefeitura). Além desses dois itens citados houve, ainda, a colocação da placa comemorativa da passagem do primeiro centenário da independência do Brasil, na Fortaleza dos Reis Magos. Tamanha foi a

⁶¹ CENTENÁRIO de Deodoro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, p. 261.

importância que o referido Instituto concedeu às obras comemorativas que reservou um artigo na RIHGRN dedicado às “Inaugurações do Centenário”.

Conforme citado anteriormente, as construções de monumentos comemorativos foram freqüentes. Lembremos que durante as comemorações do centenário da posse do primeiro presidente constitucional da província, Thomaz de Araújo, em 5 de maio de 1924, houve a aposição de uma placa de bronze no antigo largo fronteiro do Quartel do Exército que, inclusive, passou a receber nome do primeiro presidente constitucional da província.

Seguindo as mesmas intenções, como parte integrante das comemorações do primeiro centenário do nascimento de D. Pedro II, foi confeccionado um busto em bronze do monarca com um pedestal de granito (o pedestal foi patrocinado por particulares). O monumento foi fixado na antiga praça 24 de maio, que, seguindo os demais exemplos, passou a ser conhecida como D. Pedro II.

Para ressaltar, ainda mais, a relação de apologia que os membros do IHGRN tinham com o período imperial brasileiro, já explicitada neste capítulo, vale salientar que o único centenário, na década de 1920, que não recebeu um monumento, foi o primeiro centenário de nascimento de Manoel Deodoro da Fonseca, o proclamador da república.

De acordo com Márcia Scholz Kersten, estes monumentos, enquanto patrimônios históricos, recebem classificações quanto aos valores agregados. Estes estão divididos dualmente: valores de rememoração e valores de contemporaneidade. Inserido nos valores de rememoração, a autora sugere a subdivisão proposta por Riegl, que se apresenta com as seguintes características: valor histórico, valor de rememoração intencional e valor de antiguidade. Ainda de acordo com Riegl, a autora subdivide os valores de contemporaneidade como: valor de uso e valor de arte.

Assim sendo, a noção de patrimônio histórico contida nos discursos citados são de rememoração, especificamente o valor histórico e o valor de rememoração intencional.

Está implícita na concepção de valor histórico

a idéia dominante da história do final do século XIX, entendida como uma cadeia de fatos e acontecimentos articulados que levariam numa escala linear, a um objetivo previamente determinado, no qual cada acontecimento seria único e insubstituível. Sendo assim, caberia o estabelecimento de critérios que definissem aqueles que representariam as etapas consideradas marcantes.⁶²

Dessa forma, fica evidente a relação histórica de valor. Porém, a concepção de valor que reflete melhor é a de rememoração intencional. Pois, a função do monumento “liga-se a um momento passado, apontando onde, quando, e com que intenção foi construído e elaborado.”⁶³

Assim sendo, é claro que a finalidade com que os intelectuais ligados ao IHGRN sempre propunham alguma forma de imortalizar na memória coletiva o evento rememorado nas comemorações idealizadas e organizadas pelos mesmos. Porém, sempre ressaltando que a seleção dos fatos ou acontecimentos seguia a relação de importância propostas pelo referido Instituto. Haja visto a ausência de um monumento em homenagem a Deodoro da Fonseca, o proclamador da República.

Seguindo na análise sobre a noção de patrimônio histórico contida nos discursos dos intelectuais ligado ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte presentes nas publicações anuais da referida instituição, apenas um artigo, em toda a década de 1920,

⁶² KERTSEN, de Andrade Scholz Márcia. Os rituais do tombamento e a escrita da história. P, 37.

⁶³ Ibid., p. 38.

trata diretamente da questão patrimonial histórica: “Preciosa Relíquia Colonial”, artigo do consócio Nestor Lima.

Em seu artigo, Nestor Lima, ressalta aspectos interessantes dos festejos populares do dia da invenção da Santa Cruz da Bica e, também, o caráter imaterial (religioso) empregado ao evento. O intelectual assim inicia seu artigo:

A alma catholica de nossa terra celebra, hoje, dia da invenção da Santa Cruz e consoante um abito immemorial a popular e tradicional festividade da Santa Cruz da Bica, o venerado e milagroso madeiro que denomina a encosta sul do bairro da cidade alta desta capital.⁶⁴

Na continuidade do seu artigo, Nestor Lima, ressalta o caráter de religiosidade e nacionalidade contida nesse festejo popular:

É uma comemoração essencialmente popular e devota, em que, a par do contentamento profano, expandem-se os sentimentos christãos do nosso povo. Merece então todos os encomios esse ‘festejo’ da Santa Cruz da Bica, poque é no culto das nossas tradições mais erradicadas que deve repousar a força espiritual da nossa nacionalidade.⁶⁵

Diante do fragmento do artigo exposto fica evidente que o IHGRN não participava da organização de festas de caráter popular, uma vez que em momento algum do texto em questão, o autor relata a participação do Instituto. Isso nos denota, mais uma vez, que a produção do IHGRN não refletia a sociedade norte-rio-grandense em sua maioria.

⁶⁴ LIMA, Nestor. Preciosa relíquia colonial. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. v. 26/27, p. 105.

⁶⁵ Ibid.

Seguindo no referido artigo, o autor, menciona, também, o valor histórico da Santa Cruz da Bica ao buscar fontes documentais para explicar a existência da mesma afixada no local determinado Segundo Nestor Lima, a “reliquia colonial”, pois seria um dos primitivos marcos que demarcavam os limites da cidade do Natal quando da sua fundação. O consócio finaliza o artigo destacando a preciosidade da Santa Cruz da Bica, claramente, defendendo sua preservação. Assim conclui: “Enquanto, porém, não se me provar o contrario, ousou afirmar, com todas as véras de minha convicção, que na Santa Cruz da Bica está a mais preciosa reliquia do nosso passado colonial.”⁶⁶

Dessa forma, percebe-se claramente a singularidade do artigo, pois considera a noção de patrimônio histórico em toda a sua grandeza.

Assim sendo, podemos considerar que, em seu artigo, Nestor Lima, trabalhou conscientemente a aceção do termo patrimônio histórico, o que, de fato, o coloca adiante do seu tempo. Basta partir do princípio que

a noção de patrimônio assenta-se numa versão de História que se pretende consensual pela sua capacidade de se reportar a fatos que realmente aconteceram, transformando em marcos que se impõe ao presente. Estes marcos, pinçados no tempo e no espaço, instauram uma temporalidade que organiza a história tal como é contada.”⁶⁷

Diante do exposto é inegável que as noções, em sua maioria anacrônicas, e, em parte situadas além das próprias concepções de seu tempo, de patrimônio histórico e a memória estavam presentes na produção intelectual do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, mesmo que de forma conservadora.

⁶⁶ CENTENÁRIO de Deodoro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, p. 111.

⁶⁷ KERTSEN, de Andrade Scholz Márcia. Os rituais do tombamento e a escrita da história. P, 28.

CONCLUSÃO

A década de 1920 foi um período marcado através dos estudos históricos como o início do modernismo brasileiro, como um momento de transformações das concepções da sociedade, e, claro, por uma busca incessante de uma identidade nacional. E, falar em identidade sem mencionar noções de memória e o patrimônio histórico é, no mínimo, um ato falho.

Para tanto, devido as diversas discussões que os temas patrimônio histórico e memória foram objeto no decorrer da evolução da humanidade, é necessário compreender os caminhos para a construção dos conceitos atuais dos referidos temas. E, que, esclarecemos aqui, as discussões sobre tais conceitos ainda não estão definitivamente encerradas, ao contrário, quanto mais se discute maiores são as nuances da memória e do patrimônio histórico.

Sendo assim, apenas dessa forma, e com o auxílio metodológico da história intelectual, que conseguimos anacronicamente interpretar e compreender as entrelinhas dos discursos dos intelectuais contidos nos Anais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Conforme o explicitado no segundo capítulo do presente estudo, a década de 1920 foi um período culturalmente efervescente do ponto de vista histórico, pois o movimento modernista ganhou grande destaque, embora tenha sido devidamente confrontado pelos conservadores elitistas do Brasil.

É justamente nesse sentido, de conservadorismo, então, que devemos então entender o IHGB e suas sucursais regionais. Pois, nesses institutos estavam os intelectuais intimamente relacionados às relações de poder nacionais – cada um em sua localidade –, defendendo, devidamente, os interesses políticos da oligarquia à qual

estavam submetidos. Haja visto, que desde a fundação da matriz nacional, devidamente apoiada pelo imperador do Brasil, D. Pedro II, em 1838, que essa relação existe. E, sendo assim, as sucursais locais não foram diferentes em âmbitos locais.

A partir da observação anacrônica das noções memória e patrimônio histórico contidas nos textos das revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, publicadas na década de 1920, chegamos a conclusões interessantes.

A faceta da memória mais utilizada, digo exageradamente aplicada, pelos consócios do IHGRN, foi, sem dúvida, a de rememoração. De fato, memória voluntária – aquela que tem uma finalidade ao ser evocada. E qual teria sido o(s) sentido(s) da evocação da memória presente(s) no(s) referido(s) objeto(s) do estudo?

Lembrando que em primeiro lugar na publicação periódica anual constava a transcrição de discursos, proferidos nas sessões do Instituto e, principalmente, no ato de alguma solenidade ou comemoração é evidente a presença da rememoração. Contudo, as mais volumosas coberturas e suntuosas comemorações, na década de 1920, sempre estavam relacionadas aos momentos do Império brasileiro, como por exemplo: o primeiro centenário da independência do Brasil, o centenário de nascimento de D. Pedro II, entre outros eventos citados no estudo. Isso denota, claramente, o sentido conservador no uso da memória pelos intelectuais do IHGRN, pois sempre faziam apologia ao Império. Até mesmo quando a solenidade foi em homenagem ao proclamador da república brasileira, Marechal Deodoro da Fonseca, o discurso proferido pelo consócio Aduino Câmara, devidamente transcrito nas páginas da RIHGRN, isentava de importância o feito do vulto e defendia uma transição pacífica dos regimes políticos brasileiros – do Império para a República.

No tocante as abordagens sobre patrimônio histórico apenas um artigo tratou o assunto diretamente. Porém, uma prática constantemente utilizada, que era, de fato, uma

forma de patrimônio histórico (ou a criação de um bem patrimonial), foi o uso de placas comemorativas, bustos, inaugurações de prédios e mudanças de nomes de praças e largos. Isso acontecia durante os festejos, devidamente, respaldados pela memória voluntária dos consócios do Instituto, no sentido de criar um elemento (bem) que relembresse uma determinada passagem do passado ou alguns personagens importantes. Leia-se: os saudosos tempos do Império!

O artigo que contém uma abordagem consistente sobre o um bem patrimonial histórico é o do consócio Nestor Lima, que, em 1927, relatou os festejos populares do aniversário da Santa Cruz da Bica. Duas características mereceram nossa devida atenção.

A primeira, diz respeito a ausência do IHGRN, outrora sempre atuante, no festejo comemorativo citado, que, denota, claramente, o caráter elitista do Instituto local, pois em nenhum momento do artigo o autor faz referência ao assunto. A segunda, referente ao tratamento de relíquia colonial que Nestor Lima invoca à Santa Cruz da Bica, que, em seu artigo cita documentos que comprovam a Cruz como um dos marcos da primitiva cidade do Natal. De fato, Nestor Lima estava à frente de seu tempo, enquanto os demais permaneciam, mesmo vivendo durante a república, enaltecendo saudosamente o período do Império.

Diante do exposto, sabemos de que este trabalho não esgota todas as possibilidades e abordagens pertinentes à década de 1920. E, seguindo a abordagem da história intelectual, poderão ser desenvolvidos trabalhos que discutam não só as noções de patrimônio histórico e memória, mas trabalhos que discutam, por exemplo: a reação dos intelectuais do IHGRN no contato com as idéias modernistas; o conteúdo histórico e seu valor contido na RIHGRN na época; e, a relação entre as obras dos intelectuais do IHGRN e a população norte-rio-grandense na década de 1920.

REFERÊNCIAS



FONTES

REVISTA DI INSTITUTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 1, 1903; v. 18/29, 1921-1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. O século moderno: modos de vida e consumo na República. In.: ALBERTI, Verena, GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC. 2002. p. 260-319.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor da. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, nº 25/26, p. 97-103, set. 92/ago. 93.

DECCA, Edgar Salvadori de. As desavenças da história com a memória. In.: Silva. Zélia Lopes da. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In.: RAGO, Margareth, GIMENES, Renata Aluizio de Oliveira (Org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O Diálogo Convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-143.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Paraná: UFPR. p. 25-107, [s.d.].

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 2ª. ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992. (Repertórios).

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 2ª. ed. rev. Natal (RN): Cooperativa Cultural, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In.: ALBERTI, Verena, GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC. 2002. p. 338-384.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella, NEXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Unicamp / Fapesp / Cnpq, p. 37-58. 2001.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438. 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.